

Brasília, 22 de novembro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Senador(a) da República
Brasília – DF

Assunto: Solicitação de apoio pela definição do ato cooperativo na PEC 110/19.

Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

Acreditamos na importância de uma Reforma Tributária justa para o Brasil e acompanhamos de perto as discussões sobre a PEC 110/2019 no Senado Federal. É imprescindível que o Senado Federal observe, no âmbito dessa proposta, a correta tributação das sociedades cooperativas, por meio do ato cooperativo, o qual nos foi garantido pelo constituinte e cuja abrangência precisa ser definida, para garantir a competitividade e segurança jurídica para que as cooperativas possam continuar contribuindo com a democratização da renda e desenvolvimento do país.

Uma Reforma Tributária com justiça social deve englobar as cooperativas. Após 33 anos da promulgação da nossa Constituição, os Senadores da República têm a oportunidade histórica de definir o que é o ato cooperativo, previsto pelo artigo 146 da Constituição Federal, solucionando o maior problema das sociedades cooperativas, que durante todos esses anos enfrentaram batalhas judiciais para que suas características, de sociedades de pessoas, sem fins lucrativos, fossem respeitadas. Não é privilégio, não é benefício, é apenas a observação correta das características das cooperativas.

Hoje somos 17,2 milhões de cooperados, reunidos em 4,8 mil cooperativas, que vêm, por meio deste ofício, solicitar seu apoio pela **aprovação da emenda nº 8 CCJ, que define de uma vez por todas o que é o ato cooperativo, que nada mais é do que a justa determinação da incidência tributária onde, de fato, se tem o acréscimo patrimonial, o resultado tributável. No caso da cooperativa, é no cooperado já que as sobras retornam aos associados.**

Para que o nosso modelo de negócios possa continuar produzindo e auxiliando na retomada do desenvolvimento do país, em especial nesse período pós-pandemia, é essencial que a emenda nº 8 CCJ, apresentada à PEC 110/19, seja aprovada, a fim de evitar que as cooperativas tenham uma tributação mais gravosa que as demais sociedades. Mais materiais sobre o tema também podem ser encontrados em: www.reformatributaria.coop.br

Renovamos nossos votos de consideração e apreço e contamos com o apoio do estimado(a) senador(a) pela aprovação da emenda nº 8 CCJ, para que as cooperativas possam continuar colaborando na construção de uma sociedade mais justa.

Cordialmente,



Romeo Messor Vanner

Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Esperança

www.sicoobbelcredi.com.br

Sicoob Belcredi

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Esperança LTDA.

Av. João Júlio de Faria, 135 Centro - 37170-000 - Boa Esperança - MG

Tel. (35) 3851 1060





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº /2022 – ATRSGM

Juntem-se à página oficial de tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. PL 3729/2004 – Documento SIGAD nº 00100.115427/2021-16;
2. PL 490/2007 – Documento SIGAD nº 00100.115427/2021-16;
3. PL 191/2020 – Documento SIGAD nº 00100.115427/2021-16;
4. PL 169/2018 – Documento SIGAD nº 00100.135719/2021-75;
5. MPV 1067/2021 – Documento SIGAD nº 00100.133951/2021-79;
6. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.129315/2021-42 (VIA 0001);
7. PLP 151/2015 – Documento SIGAD nº 00100.132433/2021-38;
8. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.129315/2021-42 (VIA 0001);
9. PL 3657/2020 – Documento SIGAD nº 00100.128988/2021-85;
10. PEC 110/2019 – Documento SIGAD nº 00100.128972/2021-72;
11. PEC 110/2019 – Documento SIGAD nº 00100.128961/2021-92;
12. PEC 110/2019 – Documento SIGAD nº 00100.128946/2021-44;
13. PEC 110/2019 – Documento SIGAD nº 00100.128933/2021-75;
14. PEC 110/2019 – Documento SIGAD nº 00100.128924/2021-84;
15. PL 315/2021 – Documento SIGAD nº 00100.128587/2021-25;
16. PL 2634/2021 – Documento SIGAD nº 00100.128573/2021-10;
17. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.128147/2021-78;
18. PLS 169/2018 – Documento SIGAD nº 00100.125671/2021-97 (VIA 001);
19. PL 1177/2019 – Documento SIGAD nº 00100.121258/2021-53;



- 20.PL 3657/2020 – Documento SIGAD nº 00100.119869/2021-31 (VIA 001);
- 21.PEC 32/2020 – Documento SIGAD nº 00100.119352/2021-42;
- 22.PL 2350/2021 – Documento SIGAD nº 00100.117858/2021-17 (VIA 001);
- 23.PL 17/2021 – Documento SIGAD nº 00100.117547/2021-58;
- 24.PL 2022/2019 – Documento SIGAD nº 00100.117153/2021-08;
- 25.PL 116/2020 – Documento SIGAD nº 00100.116675/2021-84 (VIA 001);
- 26.PEC 5/2021 – Documento SIGAD nº 00100.116500/2021-77;
- 27.PEC 32/2020 – Documento SIGAD nº 00100.116491/2021-14 (VIA 001);
- 28.PEC 32/2020 – Documento SIGAD nº 00100.116480/2021-34 (VIA 001);
- 29.PL 1419/2019 – Documento SIGAD nº 00100.116426/2021-99 (VIA 001);
- 30.PL 591/2021 – Documento SIGAD nº 00100.115108/2021-19 (VIA 001);
- 31.PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.113214/2021-50 (VIA 001);
- 32.PL 4367/2020 – Documento SIGAD nº 00100.113207/2021-58 (VIA 001);
- 33.PL 5641/2020 – Documento SIGAD nº 00100.113207/2021-58 (VIA 001);
- 34.PL 591/2021 – Documento SIGAD nº 00100.111149/2021-28;
- 35.PL 3018/2021 – Documento SIGAD nº 00100.110158/2021-00 (VIA 001);
- 36.PL 3018/2021 – Documento SIGAD nº 00100.110155/2021-68 (VIA 001);
- 37.PL 866/2021 – Documento SIGAD nº 00100.110148/2021-66 (VIA 001);
- 38.PL 16/2021 – Documento SIGAD nº 00100.110141/2021-44 (VIA 001);
- 39.PEC 32/2020 – Documento SIGAD nº 00100.100812/2021-69;
- 40.MPV 1045/2021 – Documento SIGAD nº 00100.099328/2021-80 (VIA 001);
- 41.PL 3419/2019 – Documento SIGAD nº 00100.099328/2021-80 (VIA 001);
- 42.PL 591/2021 – Documento SIGAD nº 00100.098776/2021-66 (VIA 001);
- 43.MPV 1068/2021 – Documento SIGAD nº 00100.098628/2021-41;
- 44.PL 2401/2019 – Documento SIGAD nº 00100.096448/2021-25 (VIA 001);
- 45.PL 591/2021 – Documento SIGAD nº 00100.093904/2021-85 (VIA 001);
- 46.PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.000833/2022-66;
- 47.



Encaminhem-se às comissões cópias de documentos externos, conforme listagem a seguir exposta:

1. CCJ – Documento SIGAD nº 00100.133550/2021-19 (VIA 001);
2. CMA – Documento SIGAD nº 00100.128133/2021-54;
3. CI – Documento SIGAD nº 00100.119841/2021-02 (VIA 001);
4. CDH – Documento SIGAD nº 00100.116403/2021-84 (VIA 001);
5. CRE – Documento SIGAD nº 00100.110136/2021-31 (VIA 001);
6. CAS – Documento SIGAD nº 00100.098785/2021-57 (VIA 001);
7. CDH – Documento SIGAD nº 00100.006968/2022-35;
8. CI – Documento SIGAD nº 00100.005608/2022-16;
9. CAS – Documento SIGAD nº 00100.003983/2022-21;
10. CDH – Documento SIGAD nº 00100.002647/2022-61;
11. CDH – Documento SIGAD nº 00100.001639/2022-26 (VIA 001);
12. CCJ – Documento SIGAD nº 00100.001629/2022-62 (VIA 001);
13. CMA – Documento SIGAD nº 00100.00811/2022-04;
14. CAS – Documento SIGAD nº 00100.000803/2022-50;
15. CI – Documento SIGAD nº 00100.000644/2022-93 (VIA 001);
16. CDH – Documento SIGAD nº 00100.000390/2022-11 (VIA 001);
17. CAS – Documento SIGAD nº 00100.000232/2022-53 (VIA 001);
18. CI – Documento SIGAD nº 00100.000198/2022-17 (VIA 001);
19. CAE – Documento SIGAD nº 00100.000195/2022-83 (VIA 001);
20. CDR – Documento SIGAD nº 00100.000138/2022-02;
21. CI – Documento SIGAD nº 00100.000138/2022-02.

Secretaria-Geral da Mesa, 24 de fevereiro de 2022.



(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS

Secretário-Geral da Mesa Adjunto

